



AS REPRESENTAÇÕES DO ESTADO NOVO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Mônica Porto Apenburg Trindade

Doutoranda em História Comparada pela UFRJ (PPGHC)
Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)

Email: apenburg@getempo.org

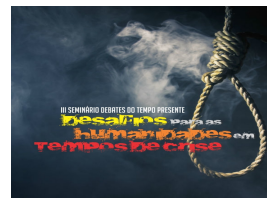
Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard
(PPGED/PROFHISTÓRIA/GET/UFS/PPGHC/UFRJ)

ST 2 - Representações, Memória e Humanidades:
a produção do conhecimento em tempos de crise

O presente trabalho tem como objetivo analisar as abordagens e representações conferidas ao Estado Novo nos livros didáticos brasileiros de História do Ensino Médio, partindo das coleções mais distribuídas constantes no Guia Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) em sua versão 2015.

Momento singular da vida nacional, o Estado Novo caracterizou-se como uma fase que despertou o interesse da historiografia brasileira diante de tantas possibilidades de temas referentes a ele, principalmente a partir da década de 1980, época em que ocorrem mudanças significativas quanto às perspectivas de estudos voltados para esse período. Além disso, o regime estadonovista tem sido pesquisado com inegável vigor nas universidades brasileiras, haja vista ao número de livros publicados e a quantidade de trabalhos sobre ele disponíveis no Banco de Dissertações e Teses da CAPES.

Em relação aos livros didáticos de História, o Estado Novo está presente como conteúdo obrigatório, sendo abordado através das representações feitas a ele, seja mediante a figura de Vargas, do povo, das mulheres, do negro, entre outras, a depender das escolhas e intenções de seus autores, no que diz respeito ao mercado editorial e público alvo, bem como no cumprimento às exigências de cada edital do PNLD. Frisamos ainda que não poucas às vezes, esses mesmos profissionais atuam como professores da área de História na Educação Básica.



Diante disso, a fim de analisarmos tais representações em cada uma das três coleções¹ selecionadas para o nosso estudo, utilizamos como referencial teórico os conceitos de Representação e Apropriação pensados por Roger Chartier. O historiador francês encara o ato de representar como uma forma de apreensão de uma determinada realidade, de acordo com as mais diversas variáveis que permeiam o universo daquele que exerce a representação. No que tange à Apropriação, Chartier a define como uma leitura que os indivíduos realizam acerca do mundo ou das representações dele, dando-lhe sentido próprio e permitindo sua ação sobre o mesmo.

Através do aporte teórico mencionado, evidenciaremos no decorrer desse trabalho, que as representações conferidas ao período estadonovista dependem tanto da época em que os livros didáticos são publicados, como também partem das perspectivas e intenções de cada autor. Por outro lado, o aluno nem sempre recebe e percebe o conteúdo do livro didático em sintonia com os objetivos de quem o escreve. Nesse ponto, apresentaremos como o conceito de apropriação se encaixa perfeitamente nessa via de mão dupla que é a relação entre autor e leitor.

Quanto ao conceito de livro didático, nos embasamos na definição dada por Itamar Freitas (2009), que pensa esse suporte como uma ferramenta que contribui para o crescimento do aluno tanto em conhecimentos específicos, como também no desenvolvimento das habilidades resultantes desse tipo de saber na sociedade. Já em relação ao professor, ele presta o papel de guia curricular e instrumento de formação.

As categorias escolhidas para tais representações foram a figura da mulher, do negro, de Vargas, do povo e as atividades propostas. A seleção aconteceu desta forma porque verificamos a presença desses elementos em quase todas as coleções, o que facilitaria demonstrar as possíveis semelhanças e diferenças entre as representações deles.

¹ As coleções escolhidas foram: História, Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, História Global: Brasil e Geral 3, de Gilberto Cotrim e História: das Cavernas ao Terceiro Milênio 3, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota.



Vale ressaltar que os resultados da análise dos conteúdos referentes ao período estadonovista abrangeu também alguns aspectos da chamada Era Vargas². Fizemos tal opção porque nem todas as categorias escolhidas estavam enquadradas no recorte temporal específico do Estado Novo, uma vez que não existe um capítulo exclusivo para abordar essa fase, estando acoplado ao assunto sobre a Era Vargas.

Portanto, iniciemos com a primeira coleção, História, Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, coleção mais distribuída entre as três. O conteúdo sobre o Estado Novo encontra-se no capítulo 6 da obra, com o título A Era Vargas e está inserido na Unidade II com a temática sobre Propaganda Política, Esporte e Cinema. O termo Era Vargas é utilizado pelo autor para designar o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, compreendido no período que abarca desde o Governo Provisório (1930-1934); Eleição pelo voto indireto (1934-1937) e a fase ditatorial (1937-1945), segundo a linha do tempo estabelecida pelo próprio autor.

Quanto à proposta pedagógica, o autor lança mão de artifícios como fotos, letras de músicas, mapas, imagens de jornais, cartazes da época, textos complementares, além de indicar sites, filmes e documentários sobre os subtemas inseridos na Era Vargas. As imagens não foram simplesmente “jogadas” no livro objetivando uma mera exposição, mas possuem um caráter explicativo e complementar ao conteúdo escrito.

Neste sentido, Ana Maria Mauad ao abordar sobre as funções das imagens nos livros didáticos de História, afirmou que as imagens contidas nesses suportes didáticos, não devem se limitar somente a ilustrar acessoriamente o conteúdo verbal. Elas precisam também apresentar a capacidade de educar e instruir (MAUAD, 2007, p. 111).

Diante dessa afirmação, verificamos na página 131, no tópico A Imagem como Fonte, a charge do artista carioca J. Carlos, publicada em 1937. A imagem mostra Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, espalhando algumas bananas ao longo do chão que cercava o palácio. Logo abaixo existe a frase “para que arame farpado se é possível arranjar tudo com as habituais cascas de banana?”

² A ampliação do recorte temático deve-se ao fato que os autores das coleções, adotaram esse termo como forma de englobar em um único período ou “Era”, fases distintas da gestão mais longa de Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Por esse motivo, entendemos que não apresentar aspectos da fase anterior ao Estado Novo, comprometeria nossa análise.



Tal figura aponta um dos traços mais marcantes da atuação de Vargas, bem como a representação feita a ele como um político habilidoso. O sorriso malicioso em um rosto que transmite certa despreocupação passa a ideia de um presidente confiante, tranquilo e seguro em seu palácio. No entanto, essa segurança e estabilidade não precisam passar necessariamente pela força (no caso do arame farpado), mas através da astúcia (cascas de banana), para vencer seus inimigos.

Roger Chartier advertiu sobre o poder da imagem como instrumento de representação. De acordo com o autor, a representação tem, entre outros objetivos, a função de fazer “continuar vivo” aquilo que já não existe mais. Além disso, pode consistir numa relação simbólica entre a representação de um aspecto moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais. Um exemplo disso é o leão que é símbolo de força, poder, liderança; a serpente que representa astúcia, traição etc. Logo, “uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado” (CHARTIER, 1982, p. 20-21).

No que diz respeito à representação do negro nessa coleção, na página 124, em um pequeno espaço ao lado do tópico que discute sobre a política de massas e trabalhismo, aparece uma nota explicando como a capoeira transformou-se em um símbolo nacional durante o Estado Novo.

A maneira como Boulos Junior aborda esse aspecto do Estado Novo demonstra como o negro é representado em sua obra, haja vista ao pequeno espaço reservado no livro para se tratar sobre esse sujeito, em comparação às realizações do Estado nas dimensões políticas e econômicas. O negro aparece enquanto agente cultural, tendo sua imagem cristalizada apenas através do samba e da capoeira, transformados em símbolos nacionais por estratégia política de Vargas.

Apesar de apontar a influência cultural do negro no período estadonovista e apresentar uma crítica em relação à astúcia do presidente em querer “agradar” as camadas populares, percebemos claramente uma despreocupação do autor em tratar dos aspectos culturais do Estado Novo de uma forma mais ampla, ou mesmo de apresentá-los em alguma parte do conteúdo sobre a Era Vargas. Além disso, em nenhum momento Boulos mencionou o quanto essas manifestações culturais serviram como movimentos



de resistência durante o Estado Novo, apesar da censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

O próprio samba poderia ser citado como um movimento de resistência. Este ritmo não favoreceu apenas o nacionalismo e legitimou o regime, como é demonstrado na coleção mencionada. Ele contribuiu também como instrumento de resistência através de algumas canções que traçavam uma linha de fuga em relação à imposição de certas palavras pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), bem como mediante letras que relatassem a condição social difícil à época ou que ratificassem o gosto pela malandragem³.

Em relação à partição popular no período estadonovista na obra de Boulos Junior, esta aparece em apenas dois momentos: ao reivindicar uma postura decisiva de Vargas em relação a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em favor dos Aliados e contra o Eixo, na página 126 e devido ao episódio do movimento popular conhecido como “Queremismo”, já no final do Estado Novo, em 1945, nas páginas 127 e 128.

Embora o autor traga uma representação da população como sujeitos ativos no processo histórico, ele deixa escapar de alguma forma que o povo vai às ruas para reivindicar a garantia de um direito adquirido no governo de Vargas, a exemplo do episódio do Queremismo. Ou seja, a história, para o autor, parece caminhar sempre no sentido Governo – Povo e, nunca de maneira contrária.

A verticalização da história e o tipo de representação que Boulos Junior faz da figura popular trazem algumas implicações para o discente ao apropriar-se do texto. Embora o leitor tenha um livre arbítrio no momento de apreensão do texto, conforme Chartier, “esta liberdade leitora não é jamais absoluta” (CHARTIER, 2001, p. 77). Isso nos leva a refletir que a maneira como o autor do livro expõe o assunto, impõe para o aluno uma determinada realidade no que diz respeito à relação entre Vargas e o povo brasileiro. De acordo com Chartier:

A problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz

³ Sobre o samba enquanto movimento de resistência, apesar d censura durante o Estado Novo, ver: PARANHOS, Adalberto. Sobre o Fio da Navalha: Vozes Dissonantes sob um Regime de Ordem Unida. In. **Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”**. São Paulo: Intermeios, 2015.



obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1982, p. 23, 24).

Já em relação à mulher, é bom frisarmos que esta não é citada no contexto do Estado Novo, aparecendo somente em 1932, quando esta consegue o direito ao voto a partir do Código Eleitoral criado nesse mesmo ano. Na ocasião é mencionada que tal conquista possibilitou a ascensão da primeira deputada brasileira, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz.

Embora aparentemente a mulher tenha saído da marginalização, para ocupar um espaço de destaque anteriormente restrito aos homens nos livros didáticos, observamos que Alfredo Boulos Júnior representa a mulher durante a Era Vargas não como um sujeito emergente, mas como resultado de uma ação “benevolente” de um presidente preocupado com a inserção social.

Confirmamos tal afirmação quando o autor aponta, na página 119, que apesar de Vargas ter saído vitorioso do movimento constitucionalista de 1932, ele “buscou o entendimento” (grifo nosso) colocando um paulista como interventor de São Paulo, além de acelerar a constitucionalização do país que concedia o direito de voto das mulheres. Ao que parece, a mulher entrou nesse contexto como fruto de um acordo e de concessões e não por representar um papel importante na Era Vargas e menos ainda no período específico do Estado Novo.

Dando sequência, além de analisarmos como alguns personagens foram representados por Boulos Junior na síntese do Estado Novo, examinamos também aspectos relacionados às atividades sugeridas nessa obra.

No tocante, por exemplo, ao estabelecimento entre passado e presente, observamos em tais atividades e no espaço reservado para a reflexão, a preocupação do autor em causar uma aproximação e/ou uma empatia do aluno com este passado distante e considerado muitas vezes, sem nenhuma utilidade prática para um estudante do Ensino Médio. Um exemplo disso é como o autor trabalha essa ligação. Mencionando o tópico Para Refletir, na página 125, Boulos Júnior utiliza um excerto do livro Multidões



em Cena, de Maria Helena Capelato, a fim de demonstrar como ocorreu a construção da cidadania relacionada ao trabalho, no Brasil.

A exposição desse fragmento de texto indica uma consonância do autor desse suporte didático, com a ampliação do campo de possibilidades históricas. Não obstante ter exibido um recurso textual para uma melhor compreensão do conteúdo, Boulos Júnior apresenta também uma autora que possui vários trabalhos em relação ao Estado Novo, assim como, ao longo do capítulo, são encontrados textos de autores como Mary Del Priore (2003) e Boris Fausto (1998), pertencentes ao eixo Rio-São Paulo e Francisco César Ferraz (2005), de Londrina, Paraná.

Além disso, o autor, ao ter elaborado questões a partir desse texto, propondo uma reflexão em torno de possíveis ligações entre a política de concessões de Vargas através da propaganda durante o período estadonovista e as atitudes dos políticos quanto a esse quesito na atualidade, também demonstrou um comprometimento com as inovações historiográficas.

Dando sequência, examinaremos a segunda coleção mais distribuída do PNLD 2015, História Global: Brasil e Geral 3, de Gilberto Cotrim. Nessa obra, o período estadonovista encontra-se no capítulo 8, intitulado Era Vargas (1930-1945), que por sua vez, está contido na segunda unidade “Da República À Era Vargas”. A coleção de Cotrim, semelhantemente à de Alfredo Boulos Júnior, apresenta essa fase dentro da divisão tradicional: Governo Provisório (1930-1934); Constitucional (1934-1937) e Ditatorial/Estado Novo (1937-1945), adotado por uma parcela dos autores de livros didáticos de História no Brasil.

Em relação à proposta pedagógica, a coleção de Gilberto Cotrim apresenta recursos didáticos como a utilização de fotografias, charges com pequenos textos explicativos e questionamentos referentes à imagem, fragmentos de textos de autores como Boris Fausto e Darcy Ribeiro, entre outros expedientes.

No início do capítulo, que aborda a Era Vargas, Cotrim apresenta uma imagem (Figura 4). Logo abaixo, lança alguns questionamentos relacionados à pintura, indicando em primeiro lugar, que a utilização de imagens é um artifício importante para o ensino em sua coleção, bem como, demonstra que a figura não está inserida no livro de forma arbitrária, com um intuito meramente expositivo. Assim, percebemos uma



semelhança entre a coleção de Cotrim e a maneira como Alfredo Boulos Júnior utiliza as imagens na sua coleção. Ambos auxiliam o aluno no processo de uma aprendizagem mais autônoma ao induzirem um esforço interpretativo por parte dos discentes.

Já em relação à participação popular, ocorre uma diferenciação entre o tipo de representação feita pelos autores. A figura do povo aparece nas seguintes situações: quando pediam guerra e vingança diante dos torpedeamentos a navios brasileiros pelos alemães, em 1942, registrados na página 127; De forma breve no episódio do “Queremismo”, na página 128 e sendo incorporado à definição de Populismo, por Boris Fausto, no comentário do autor, na folha 130.

Enquanto isso, Getúlio Vargas é representado por Cotrim como um político ambíguo e astuto, tal qual a maneira como Boulos Junior o concebe, conforme demonstramos anteriormente. No entanto, o primeiro evidencia um posicionamento mais crítico, por exemplo, no que tange à política de concessões do governo. Enquanto Boulos Junior limita-se em simplesmente apontar as concessões, Cotrim reforça o caráter manipulador de Vargas nessa atitude:

[...] Por um lado, reconhecia as necessidades e aspirações dos trabalhadores e, por isso, fazia “concessões” ao operariado. Mas, por outro, utilizava essas “concessões”, como meio de controlar os trabalhadores e impedir reivindicações mais profundas e radicais (COTRIM, 2013, p. 131).

Após analisarmos como Getúlio Vargas é representado nesta obra, buscaremos examinar a abordagem referente à figura da mulher. Semelhantemente à primeira coleção analisada, as mulheres despontam no cenário de 1932, diante do episódio do Código Eleitoral que lhes proporcionou o direito ao voto e à emergência da primeira deputada federal do país.

Além de mencionar o caso dessa parlamentar, o autor, amparado por uma documentação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), afirma na página 122, que muitas outras mulheres se candidataram à Constituinte de 1934. Ele adverte ainda que a própria Constituição objetivava, entre outros interesses, a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez. Na imagem a seguir, aborda o código eleitoral e o voto feminino.



Além da representação da mulher que emerge timidamente no cenário político da Era Vargas, Cotrim também chama a atenção para os direitos adquiridos pelos povos indígenas através da constituinte de 1934, direitos esses mantidos até as Constituições de 1937 e 1946. Além de tocar em um aspecto não apresentado na coleção de Alfredo Boulos Júnior, Cotrim ainda problematiza a presença dos povos indígenas durante esse período, advertindo que os mesmos não efetivaram tais conquistas na prática (COTRIM, 2013, p.123).

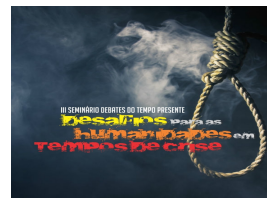
Assim, apesar de não abordar a representação do negro no contexto estadonovista, diferentemente de Boulos Junior, Cotrim traz à cena histórica da chamada Era Vargas a figura da mulher e dos indígenas, demonstrando uma preocupação em apresentar para os alunos outros sujeitos, outros problemas, além daqueles de cunho estritamente político e econômico.

Desta feita, tendo observado como a figura do povo, de Vargas, da mulher, bem como notar a ausência do negro e a presença do índio nas representações do Estado Novo, examinaremos, por fim, a confecção das atividades na obra de Cotrim.

De modo geral, o historiador apresenta uma maior preocupação com o conteúdo verbal, haja vista um grande detalhamento de informações escritas em comparação à coleção de Alfredo Boulos Júnior. Ele oferece um espaço reservado para explicar o significado de alguns termos e conceitos empregados ao longo do conteúdo, favorecendo a um maior entendimento do aluno em relação ao assunto estudado.

No que diz respeito à elaboração das atividades, as questões com ênfase mais reflexivas encontram-se no box Oficina de História, na página 132 e Diálogo Interdisciplinar, na lauda 133. Nessa parte do livro, o autor levanta questionamentos mais subjetivos, incitando o aluno ao exercício da reflexão e criticidade.

A proposta pedagógica do autor visa apontar outros elementos da chamada Era Vargas, além dos aspectos políticos e econômicos reforçados na coleção analisada anteriormente. Em relação às letras de samba, não obstante chamar a atenção dos alunos para a importância desse ritmo musical principalmente durante o Estado Novo, Cotrim faz um contraponto, mostrando a partir das letras, como esses artistas tiveram que acomodar-se às circunstâncias políticas para continuarem exercendo sua profissão.



Diante do exposto, podemos verificar como alguns personagens foram representados na síntese do Estado Novo nas duas coleções citadas até o momento, bem como procuramos perceber semelhanças e diferenças, as propostas pedagógicas em relação às atividades, entre outros aspectos. Daqui em diante, iremos analisar a última coleção escolhida para nosso estudo.

Na última coleção, *História: das Cavernas ao Terceiro Milênio 3*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, semelhantemente às outras duas coleções, o Estado Novo é um tópico que está inserido no capítulo sobre a Era Vargas, nesse caso, no capítulo 6 da obra. O que a torna peculiar dentre as demais, é o fato que as autoras já identificam o Estado Novo como a “ditadura varguista” logo no título do tópico. Elas também adotam a divisão tradicional estabelecida para a Era Vargas, assim como os outros autores citados.

No que concerne à proposta pedagógica, as autoras utilizam recursos como fotografias, charges, cartazes, pinturas e textos complementares, no intuito de favorecer o conhecimento histórico de maneira mais didática. Além disso, elas indicam filmes, livros e sites objetivando ampliar o entendimento a respeito do conteúdo exibido.

Ao utilizar as fotografias, Braick e Mota pedem aos discentes para identificarem os tipos de fontes que estão sendo apresentados, os personagens, os elementos e as possíveis intenções dos fotógrafos. Esse aspecto da coleção é muito importante no sentido de permitir uma participação mais ativa do aluno, de suscitar o senso crítico, permitindo que o discente “enxergue” além do aparente, bem como auxiliar os alunos quanto aos princípios da pesquisa histórica.

A estratégia de orientar o aluno no sentido de fazer com que ele observe as fontes além da superficialidade faz parte de uma das inovações historiográficas ocorridas a partir de 1980 e se caracteriza, de acordo com Cláudia Sapag Ricci, como uma “leitura dos sentidos”:

A leitura dos sentidos e significados é mais uma das inovações. Trata-se de buscar os sentidos não formais e afetivos de quem produziu as fontes. As pinturas, fotos e artes plásticas demonstram aspectos sentimentais por trás do aparente, da materialidade e isso implica um delicado processo metodológico de interação entre aluno e conhecimento através das imagens (RICCI, 2008, p.117).



Em relação à proposta das atividades, Braick e Mota elaboraram questões mais objetivas contemplando todo o conteúdo e direcionadas para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), bem como atividades que instiguem o caráter mais reflexivo e crítico do aluno. Além disso, existe na coleção um espaço, na página 104, reservado somente para questões voltadas para o aspecto cultural no período estadonovista.

No que tange à figura da mulher, ela é mencionada de forma breve e, mais uma vez, por conta do episódio da Constituição de 1934, relatado nas páginas 93 e 94. Logo, podemos perceber que a representação da mulher nessa terceira coleção é semelhante às outras duas, analisadas anteriormente. Ou seja, está necessariamente atrelada às conquistas trabalhistas e, paralelamente, à “benevolência” do presidente. Ao que parece, segundo Braick e Mota, o posicionamento dela dentro da sociedade nesse período seria irrelevante, caso não existisse Vargas, os trabalhadores ou o movimento de 1932.

Quanto à participação popular, Braick e Mota apontam sua presença em dois momentos, de maneira breve, durante o Estado Novo. O primeiro, diz respeito às “possíveis implicações” geradas pelo Plano Cohen, conforme acusação de Vargas, descritas no box da página 96. O texto adverte sobre a suposta onda de manifestações populares incitadas pelos comunistas. Nesse sentido, a participação popular é nula, assim como foi inexistente o Plano Cohen.

A figura do povo ainda reaparece na obra de maneira quase imperceptível, no box A luta pela democracia, página 100. Nesse espaço é citada em poucas linhas a ocorrência da manifestação popular aderindo à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra as forças do Eixo. Diante disso, percebemos que o povo é representado pelas autoras como figurante dentro do cenário estadonovista.

Ao contrário disso, Vargas ocupa o protagonismo nesse contexto. Mais uma vez o presidente é representado pela ambiguidade e por um perfil habilidoso e manipulador. Isso é notado claramente quando as autoras abordam a política de concessões feitas pelo governo, conforme exemplificaremos a seguir:

Se por um lado essas medidas ofereceram benefícios reais aos trabalhadores urbanos, por outro forneceram ao Estado instrumentos para controlar e combater, quando julgasse oportuno, o movimento operário organizado (BRAICK, MOTA, 2013, p. 94).



No que diz respeito ao caráter ambíguo do presidente, as autoras enfatizam esse aspecto na página 100, a partir do fragmento de um texto de Nilo Odália, em relação à postura indecisa de Vargas quanto à entrada do Brasil na Segunda Guerra:

A posição de Vargas ainda mais se agravava pelos seus titubeios e suas simpatias em relação aos países do Eixo, que não lhe permitiram uma opção definitiva, senão quando o quadro geral da guerra estava já plenamente delineado (BRAICK, MOTA, 2013, p. 100).

Ainda no que tange à busca pelas representações do Estado Novo, não encontramos na obra de Braick e Mota a figura do negro e nem a do indígena. Ao que parece, para as autoras esses sujeitos não possuem representatividade no período estadonovista e nem tão pouco se preocuparam em atender as exigências do Edital em relação à Lei nº. 11.645/2008.

Diante do exposto, no que diz respeito às representações, constatamos que elas se assemelham, mas não são uníssonas entre as coleções. Os autores de cada coleção mencionada interpretam o Estado Novo e realizam representações em torno desse período de maneiras distintas, demonstrando assim, a complexidade do tema e a gama de possibilidades que essa fase pode oferecer dentro da historiografia.

Referências

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1982.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

FREITAS, Itamar. Apresentação. In: **História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)**. São Cristovão: Editora da UFS, 2009. pp. 7-22.

MAUAD, Ana Maria. As Imagens que Educam e Instruem – Usos e Funções das Ilustrações nos Livros Didáticos de História. In. **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. (Org.). OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”**. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

RICCI, Cláudia Sapag. Historiografia e Ensino de História: Saberes e Fazeres na Sala de Aula. In: **Ensino de história: múltiplos ensinios em múltiplos espaços / (Org.)**



OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLE, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Natal, RN: EDFURN, 2008. 200p.

FONTES

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade e Cidadania**. Coleção Tipo 1. Editora: FTD, 1º ed. 2013.

COTRIM, Gilberto. História Global – **Brasil e Geral**. Coleção Tipo 2. Editora Saraiva, 2º ed. 2013.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História – Das Cavernas Ao Terceiro Milênio**. Coleção Tipo 1. Editora Moderna, 3º ed. 2013.

DECRETO-LEI

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 10.639/2003 – Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº. 11.645/2008 – “Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

SITES CONSULTADOS

Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) – <http://www.fnde.gov.br/>

Portal de Periódicos CAPES/MEC – <http://www.periodicos.capes.gov.br/>